



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Mem. PL-CSBD/N.º47/2020

Pelotas, 21 de julho de 2020

De: Ruth Rejane Perleberg Lerm

Curso Superior de Bacharelado Em Design

Para: Carlos Jesus Anghinoni Correa

Direção-Geral do Câmpus Pelotas - Campus Pelotas

Rubinei de Servi Ferraz

Assessoria do Gabinete do Diretor - Campus Pelotas

Rafael Krolow Santos Silva

Diretoria de Ensino - Campus Pelotas

Marina Mendonca Loder

Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio - Campus Pelotas

Julio Cesar Mesquita Ruzicki

Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação - Campus Pelotas

Ana Cristina Rodrigues da Silva

Curso Técnico Em Design de Interiores - Campus Pelotas

Cecilia Oliveira Boanova

Curso Técnico Em Comunicação Visual - Campus Pelotas

**Assunto: Resposta d@s professor@s dos cursos da Área de Design IFSul, Câmpus Pelotas, ao documento “Diretrizes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul adotadas em razão da Pandemia (Covid-19)”**

Prezado Prof. Carlos Jesus Anghinoni Correa

Em reunião realizada no dia 20 de julho de 2020 nós, professores lotados nos cursos Técnico Integrado em Comunicação Visual, Técnico Integrado em Design de Interiores e Superior de Bacharelado em Design, após análise do documento “Diretrizes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul adotadas em razão da Pandemia (Covid-19)” de 15 de julho do corrente, declaramos nossa NÃO conformidade com seu texto.

Primeiramente destacamos o tempo exíguo para discussão nos cursos tendo em vista a relevância do tema. Em segundo, que o documento em questão não atende aos próprios Princípios Norteadores descritos em seu Art. 2o: “I. Preservação da saúde física e mental de todos os estudantes e servidores; II. Acessibilidade e a Inclusão; III. O acesso, a permanência e o êxito de estudantes; IV. A garantia da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem; V. Histórica e reconhecida qualidade dos cursos.”(p.6).

No texto que se segue, elencamos questões e observações em cada um dos artigos:

**Art. 1o.** “O presente documento versa sobre diretrizes institucionais no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense para a **substituição** (grifo nosso) das atividades acadêmicas presenciais nos cursos de educação básica e superior do IFSul, por atividades pedagógicas não presenciais fundamentadas [...]”.

As APNPs não podem ser consideradas como “substituição” às atividades presenciais. Também sugerimos o uso do termo “emergencial” sempre que houver referência às atividades desenvolvidas durante o período da Pandemia da Covid-19, posto ser transitório e não permanente o que estaremos desenvolvendo neste período.

#### **Art. 2o.**

No texto não fica claro como será feito o acompanhamento e/ou avaliação da aplicação dos “Princípios Norteadores”.

**Art. 3o. “Atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) são o conjunto de atividades realizadas com ou sem mediação tecnológica, a fim de garantir atendimento acadêmico durante o período de restrições, para realização de atividades escolares, quando não for possível a presença física de estudantes nas unidades de ensino do IFSul.” (grifo nosso)**

Sugerimos a inclusão do termo “Emergenciais” em “Atividades Pedagógicas Não Presenciais **Emergenciais (APNPEs)**”, explicitando o caráter transitório e excepcional destas atividades. No artigo não fica claro o que são atividades “sem mediação tecnológica” e a qual “período de restrições” se refere, além de deixar vago o que seria uma impossibilidade de presença física e se esta se refere apenas a alunos, não incluindo professores.

**Art. 3o. § 2o. “O IFSUL moverá esforços para viabilizar acesso a recursos de tecnologia da informação para estudantes em situação de vulnerabilidade social, visando atender às condições de continuidade do processo educativo no contexto de uso das APNPs.” (grifo nosso)**

A expressão “moverá esforços” não deixa claro de quem é a responsabilidade de viabilizar o acesso aos recursos de tecnologia. Caso não sejam atingidos pela Instituição, a quem caberá a responsabilidade? Ou recairá sobre os professores?

**Art. 4o. “Todos os cursos da educação básica como Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs, EJA-FIC), técnicos de nível médio (EJA-EPT, integrados, concomitantes e subsequentes) e superiores (graduação e pós-graduação) estão autorizados a usar metodologias de ensino remoto de tal forma que as atividades acadêmicas presenciais devem ser substituídas por atividades pedagógicas não presenciais (APNPs).” (grifo nosso)**

Sugerimos correção na escrita do artigo. Os cursos “superiores (graduação e pós-graduação)” não fazem parte da Educação Básica, mas da Educação Superior. A questão que se apresenta é se os cursos estão “autorizados” ou “obrigados” a usarem as APNPs. Como será a “substituição” parcial das atividades presenciais?

**Art. 5o. “O uso das APNPs deverão garantir, a todos os estudantes, o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas e dos diferentes cursos do IFSul no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes.” (grifo nosso)**

Como garantir o cumprimento de uma legislação pensada para um outro tempo, completamente diferente do vivenciado durante a Pandemia?

**Art. 6o. “I. Garantir a continuidade do calendário acadêmico de 2020 e consequentemente dos calendários acadêmicos de períodos posteriores. II. Evitar maiores prejuízos ao processo educacional dos estudantes do IFSul, sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento social causado pela pandemia. III. Atenuar a evasão escolar bem como a diminuição dos danos biopsicossociais e pedagógicos de estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.”**

Continuar o calendário vigente significa o amplo acesso às atividades pedagógicas, não cabendo a “parcialidade” das atividades. Sua “continuidade” talvez fosse possível com um Ensino Híbrido, como vinha sendo proposto até o momento, mas, na sua impossibilidade, a situação exige a proposta de um Calendário Alternativo. Não há como garantir uma continuidade mas somente a proposição de atividades ou itens curriculares possíveis de serem ofertados. Também é sabido que a parcialidade implica em prejuízos. Como atenuar a evasão escolar sem uma pesquisa completa, sem um preciso diagnóstico da realidade? Para tanto, necessitamos concluir a primeira ação do plano de contingenciamento: diagnóstico da realidade dos alunos. Sem ações que de fato coloquem os alunos em situação de igualdade teremos grande evasão e danos psicológicos em todos os segmentos: alunos, docentes e técnico-administrativos.

**Art. 7o.** “As atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) ocorrerão extraordinariamente e em caráter emergencial exclusivamente em virtude da pandemia da Covid-19 e os impactos da mesma nas atividades da instituição, em acordo com as normativas vigentes e **sem se confundirem**, portanto, com a **Educação a Distância** ou com atividades à distância previstas em cursos presenciais.” e **Art. 8o.** “Para a formalização das APNPs a **ferramenta oficial** será a plataforma Moodle, acrônimo de “*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*”, que consiste em um software livre, de apoio à aprendizagem, **executado num ambiente virtual de aprendizagem (AVA)** já adotado institucionalmente nos Cursos de Educação a Distância do IF Sul.” (grifo nosso).

O artigo 7o. define que as APNPs não são “Educação a Distância” porém, no artigo 8o. ao estipular uma “ferramenta oficial”, executada num “ambiente virtual de aprendizagem (AVA)”, retira a autonomia dos cursos de utilizarem as ferramentas mais adequadas às suas especificidades.

#### **Art. 9o, Art. 10. e Art. 11.**

Totalmente inviáveis na atual conjuntura. Como os Departamentos darão suporte técnico e pedagógico a alunos e professores?

**Art. 12.** “Os Câmpus e o CREPT deverão apresentar um protocolo de dados quantitativos e/ou qualitativos (ANEXO II), por meio de **pesquisas aplicadas** com as informações necessárias para a tomada de decisões acerca das providências a serem tomadas junto à sua comunidade, **de forma a garantir que todos tenham acesso** para a aplicação das APNPs.” (grifo nosso)

Serão utilizadas as pesquisas já realizadas? Quando a análise de seus dados estará disponível? Também é necessário considerar que as pesquisas mostram um pouco das condições mas não sua totalidade. Muitos dados não aparecem, como desemprego, má qualidade da internet e dificuldades com o estudo pelo celular. Também discutimos se, em algum momento, os estudantes foram questionados se concordam com o ensino remoto. Muito já se sabe da realidade dos nossos alunos pelo contato com eles, necessitamos agora de uma proposta de acesso adequada em meio a uma pandemia. Quanto às garantias, como serão estabelecidas? Como cada Campus garantirá o acesso de todos? Com quais investimentos?

**Art. 13.** “Em caso de dificuldade de cumprimento dos protocolos que se referem aos recursos de tecnologia, os câmpus e ou CREPT deverão destinar um espaço para os estudantes visando ao acesso a realização das APNPs. § 1o. **Os estudantes sem acesso a recursos tecnológicos poderão acessar as dependências do Câmpus ou CREPT** para uso em ambientes com recursos”. (grifo nosso)

Sem equipamentos, internet e programas específicos da área, muitos alunos irão precisar deste acesso, mas a que custo? O acesso às dependências da instituição traz várias implicações: a presença das pessoas nos ambientes, o transporte, a mobilidade, a ocupação dos espaços, os riscos. Como garantir segurança de deslocamentos e de acesso e permanência dos alunos nesses locais? Estamos aqui colocando a vida dos alunos mais vulneráveis em risco.

#### **Art. 14.**

O que se entende por “projetos integrados” (**Item II**)?

Serão permitidas disciplinas novas, que não constem nos PPCs dos cursos?

A quem caberá propor as ações citadas no **Item VI**: “Ações na perspectiva de incluir os estudantes que não tem acesso a internet e/ou computadores”?

Como garantir em tempos de Pandemia “condições efetivas de permanência e êxito para todos os estudantes” (**Item VII**)?

Quem será responsável pela “Construção de metodologia de atendimento discente individualizado, de acompanhamento familiar, biopsicossocial e pedagógico” (**Item VIII**)?

Com a utilização dos termos “atividades síncronas e assíncronas” no **Item X**, novamente fica claro que não estamos falando de ensino remoto, mas de EAD.

#### **Art. 15.**

**Item I.** “Realização de testes on-line ou por meio de material impresso para aqueles que não tem acesso ao material no AVA”. Como equiparar as vantagens de quem irá realizar online e quem fará de modo físico? Trata-se de uma escala de desigualdade muito grande.

**Item IV.** Como exigir que as atividades sejam realizadas com a supervisão dos pais? A Instituição está partindo do princípio equivocado de que todos os pais estão em casa, que têm condições de supervisionar ou auxiliar nas atividades e que têm nível de instrução igual ou superior ao dos seus filhos.

**Item VII.** Disciplinas de laboratório poderão ser postergadas para outros semestres? Como ficará o fechamento dos Diários de Classe?

**Art. 17.** “Adoção de **regime de exercícios domiciliares** para estudantes que **testarem positivo** ou que comprovadamente sejam do grupo de risco, conforme Organização Didática do IFSul.” (grifo nosso)

As APNPs já não são atividades propostas para serem desenvolvidas à domicílio? Como serão testados os alunos? Haverá uma metodologia? Haverá medição de temperatura?

#### **Art. 18.**

A proposta de ensino remoto automaticamente excluirá muitos alunos com necessidades específicas. Por exemplo, como um aluno autista ficará na frente de um computador acompanhando as aulas por longos períodos?

**Art. 20.** “O planejamento e a execução das APNPs são de responsabilidade de **docentes**, apoiados pela equipe do NAPNE, equipe multidisciplinar (orientação, supervisão pedagógica, psicologia e assistência social) e coordenação de curso.” (grifo nosso)

Como vamos nos responsabilizar por algo que não fomos capacitados para desenvolver?

#### **Art. 23.**

Os princípios do Design Universal deveriam ser apresentados no texto.

#### **Art. 26.**

Como se dará o acesso ao Repositório de Recursos Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica? Ele possui conteúdo que contemple as particularidades de todos os cursos?

#### **Art. 27.**

A necessidade de termos de cessão de direitos autorais e autorização de uso de imagem, voz e nome, novamente apontam para a EAD e não para o Ensino Remoto Emergencial.

#### **Art. 29.**

A única autonomia citada no texto aparece neste artigo e se refere apenas à elaboração do calendário acadêmico. No Parágrafo 2o. e 4o. entendemos que será impossível, não só cumprir de forma integral a carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de Curso para o período letivo, como ampliar suas cargas semanais. Neste ponto fica claro que o Moodle será utilizado como instrumento de controle e não como ambiente de aprendizagem.

#### **Art. 31. Parágrafo 3o.**

Sugerimos que o tempo para a implantação/organização seja mencionado/pensado. Outra questão: como dar essas garantias realizando essa "adaptação" virtual para um curso estruturado para ser presencial?

#### **Art. 32. Parágrafo Único.**

Se os pais não precisam dar ciência do planejamento das aulas presenciais, em situação normal, por que nessa situação? Quem irá coletar as assinaturas da ciência dos pais?

**Art. 36.** Qual será a duração do Período de Ambientação e por quem será estipulado? Quem e como será feito o “acolhimento da comunidade escolar de resgate dos conteúdos trabalhados anteriormente a suspensão do calendário acadêmico”?

Concluimos que o texto apresenta um discurso impositivo e de controle das atividades docentes, através da obrigatoriedade do uso de AVAs, sem considerar as especificidades dos cursos e os recursos pedagógicos já utilizados por nossa Área que, ao longo do tempo, têm demonstrado ser mais eficazes para uma aprendizagem significativa. Também observamos que não fica claro no documento o momento em que as Diretrizes serão implementadas.

Resumidamente, solicitamos:

- 1) não tratar APNP como substituição ao ensino presencial;
- 2) a construção de um Calendário Emergencial, com tempo próprio ao invés da continuidade do Calendário atual, em suspensão;
- 3) autonomia aos Colegiados e Cursos para que realizem seu planejamento e a oferta de outras disciplinas, para além de seus PPCs;
- 4) uso de AVA facultativo;
- 5) criação de uma política de assistência para período de APNP;
- 6) não publicação de material das aulas com acesso aberto online;
- 7) limitação do número de componentes curriculares simultâneos a três, com um máximo de duas horas diárias de atividades de tecnologia.

Embora não concordemos com o documento, reiteramos nossa disponibilidade de participação em estudos para uma docência emergencial remota neste período de Pandemia da Covid-19.

Atenciosamente,

Ruth Rejane Perleberg Lerm

Curso Superior de Bacharelado Em Design

Autenticação N°. f1bfb471b3cf27d2545bdf4a8c3e084a